26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

THE SOCIAL CONSTRUCTION OF INFORMATION REPRESENTATION IN INFORMATION SCIENCE

Adilson Ribeiro de Sá Júnior – Universidade Federal de Goiás (UFG)
Lais Pereira de Oliveira – Universidade Federal de Goiás (UFG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Aborda a representação da informação, tradicionalmente orientada pela produção de substitutos documentais para fins de recuperação, sob a perspectiva teorizante. Objetiva analisar como o conceito de representação da informação foi construído e discutido na literatura da Ciência da Informação, identificando suas bases conceituais, suas influências teóricas e suas relações com a organização da informação e do conhecimento. Constitui pesquisa bibliográfica, qualitativa e teórico-conceitual. Prioriza coleta de dados na Brapci e SciELO, para fins de revisão narrativa, orientada por textos teórico-conceituais que definem e problematizam o tema, textos fundadores orientados por tradições do campo e, textos síntese da Ciência da Informação e organização do conhecimento. Os resultados demonstram que a representação da informação é ora concebida como condensação, ora como tradução, como processo dividido em níveis e como especificação de atributos informacionais. Conclui que a representação da informação carrega uma historicidade em seu plano conceitual e que segue em desenvolvimento.
Palavras-chave: representação da informação – conceito; revisão narrativa – Ciência da Informação.

Abstract: Its approaches the information representation, traditionally oriented towards the production of documentary substitutes for retrieval purposes, from a theoretical perspective. It aims to analyze how the concept of information representation has been constructed and discussed in the Information Science literature, identifying its conceptual bases, theoretical influences, and relationships with the information and knowledge organization. It constitutes bibliographic, qualitative, and theoretical-conceptual research. Data collection prioritizes the Brapci and SciELO databases for a narrative review, guided by theoretical-conceptual texts that define and problematize the theme, foundational texts guided by traditions in the field, and synthesis texts on Information Science and knowledge organization. The results demonstrate that information representation is sometimes conceived as condensation, sometimes as translation, as a process divided into levels, and as a specification of informational attributes. It concludes that information representation carries a historicity in its conceptual plane and continues to develop.
Keywords: Information representation – concept; narrative review – Information Science.

1 INTRODUÇÃO

A produção de substitutos acompanha a história das práticas bibliográficas e documentais, e foi o programa da Documentação que a transformou em um método sistemático (Otlet, 1934). Na Ciência da Informação, essa operação recebeu o nome de representação da informação. O termo, porém, não corresponde a um conceito já estabilizado. Ele foi construído ao longo do século XX, a partir de tradições teóricas distintas e depois reconfigurado pelos ambientes digitais (Alvarenga, 2003).

O domínio da organização e representação do conhecimento consolidou-se como um espaço estruturado de pesquisa, com produção expressiva no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Fujita, 2008) e diálogo com a literatura internacional (Guimarães, 2008, p. 77). A centralidade do tema contrasta, porém, com a situação conceitual do termo.

A literatura emprega “representação da informação” sob concepções distintas, que não foram confrontadas de forma sistemática. Há quem a entenda como condensação para busca (Novellino, 1996), quem a defina como tradução por linguagens construídas (Cintra *et al*., 2002; Lara, 2004), quem a descreva como um processo em níveis cognitivo e documental (Alvarenga, 2003) e quem a trate como um conjunto de atributos de objetos informacionais (Bräscher; Café, 2008).

A própria fronteira entre organização da informação e organização do conhecimento, proposta como solução para a imprecisão terminológica, continua em disputa (Bräscher; Café, 2008; Hjørland, 2008; 2012). Essa disputa se acentua porque o próprio conceito de informação é polissêmico e depende da teoria adotada (Capurro; Hjørland, 2007). Configura-se, assim, uma lacuna: o conceito que nomeia uma das operações centrais da área ainda não recebeu um exame dedicado à sua construção e às razões de sua dispersão.

Diante dessa lacuna, o estudo orienta-se pelo seguinte problema de pesquisa: como a literatura da Ciência da Informação construiu o conceito de representação da informação e quais convergências e divergências caracterizam sua relação com a organização da informação e do conhecimento? O problema desdobra-se em duas questões específicas: (1) que bases teóricas sustentam as concepções de representação da informação presentes na literatura; e (2) como essas concepções se configuraram historicamente, das tradições fundadoras ao debate contemporâneo.

Ressalte-se aqui que a prerrogativa de abordagem do tema a partir de sua construção social se faz considerada sua instanciação no domínio, como também, sua ascendência de

diferentes agentes participantes dessa discursividade, sejam eles pesquisadores, escolas de pensamento ou a própria academia. Afinal, as relações sociais embasam a sociedade e o conhecimento produzido por esta; de modo que construção social é aquela emanada do indivíduo em sua interação social, resultando em elos responsáveis pela manutenção das instituições sociais (Magalhães, 2004).

O objetivo geral é analisar como o conceito de representação da informação foi construído e discutido na literatura da Ciência da Informação, identificando suas bases conceituais, suas influências teóricas e suas relações com a organização da informação e do conhecimento. Todavia, ora sob a perspectiva da incursão brasileira no tema. Ele se desdobra em três objetivos específicos, correspondentes à estrutura do texto: (1) reconstituir os antecedentes e as influências teóricas que participaram da formação do conceito; (2) mapear as concepções presentes na literatura e as relações que estabelecem com a organização, a recuperação e a organização do conhecimento; e (3) explicar a distribuição dos consensos e dissensos, verificando se as divergências da área são terminológicas ou epistemológicas.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza teórico-conceitual. Seu objeto não são dados empíricos, mas um conceito: a representação da informação. Esse conceito é examinado a partir dos textos que o construíram, definiram e disputaram na área, nessa ocasião com ênfase prioritária na discursividade estabelecida via teorização e consonância terminológico-conceitual no Brasil.

A revisão tem caráter narrativo. O objetivo não foi fazer uma revisão sistemática exaustiva, mas, reconstituir como o conceito se formou e explicar onde estão seus consensos e suas divergências. Para esse tipo de problema, a exaustividade não é um critério de qualidade. Um conceito não fica mais claro quando se somam todas as suas ocorrências, mas sim, quando se examinam em profundidade os textos que o criaram e aqueles que sintetizam ou tensionam o debate. Por isso, a escolha pela revisão narrativa é adequada ao problema, e não uma versão reduzida da revisão sistemática. Sobre isso, aliás, deve-se aclarar que a tipologia narrativa concede a apropriação gradual do entorno teorizante, ainda que com desenho pontual das condições de levantamento e obtenção do corpus. Justamente nessa compreensão é que se enxerga seu potencial de ampliação sob as incursões investigativas na CI, de forma ampla.

A identificação da literatura partiu de levantamentos via Brapci e SciELO, orientada pelo intento de circunstanciação conceitual da representação da informação no entorno de pesquisa brasileiro, entretanto, complementados pela literatura internacional de organização do conhecimento. Para tais agregações a consulta à literatura internacional foi dirigida a *Google* Acadêmico e *Web of Science*.

Os levantamentos foram realizados entre abril e junho de 2026, tendo como data de último acesso 12 de junho de 2026, conforme registrado nas referências. As buscas empregaram os termos “representação da informação”, “representação do conhecimento”, “organização da informação”, “organização do conhecimento”, “tratamento temático da informação” e “análise documentária”, além de seus correlatos em inglês “information representation”, “knowledge representation”, “information organization”, “knowledge organization” e “subject analysis”, pesquisados no campo título, resumo e palavras-chave, de forma isolada e combinados dois a dois pelo operador booleano AND. Não se aplicou recorte temporal a priori, uma vez que o objetivo foi reconstituir a formação histórica do conceito; os documentos que compõem o corpus distribuem-se entre 1934 e 2012. A esse levantamento somou-se a busca retrospectiva por citação: as referências dos textos mais recorrentes conduziram aos fundadores das tradições envolvidas.

A composição final do corpus foi intencional e orientada pela relevância teórica dos textos. Três funções guiaram, por ora, a seleção: (1) textos teórico-conceituais que definem, discutem ou problematizam a representação da informação e suas relações com a organização da informação e do conhecimento; (2) textos fundadores das tradições identificadas; e (3) sínteses sobre a constituição da Ciência da Informação e do domínio da organização do conhecimento. No presente, foram excluídos os textos de caráter exclusivamente aplicado, como relatos de indexação, estudos de caso e avaliações de instrumentos. Esses textos usam o conceito sem discuti-lo e deslocariam o estudo para o plano das práticas. O levantamento foi encerrado por saturação, quando as novas buscas passaram a devolver, de forma recorrente, os mesmos textos nucleares já identificados. O corpus final reúne 21 documentos, integralmente listados nas referências.

Os textos foram submetidos a uma leitura analítica orientada por três categorias. A primeira (a) é a definição de representação da informação adotada ou pressuposta, ou seja, o que se entende que é representado, por meio de quais operações e com que finalidade. A segunda (b) é a filiação teórica, isto é, a matriz da qual deriva a formulação. A terceira (c) é a

relação que o texto estabelece com a organização da informação, a organização do conhecimento e a recuperação. Essas categorias estruturam os resultados do estudo. A esse procedimento somou-se um critério para qualificar a natureza das divergências. Considerou-se terminológica a divergência que se resolve por uma definição combinada entre os pesquisadores. Considerou-se epistemológica aquela que resiste a essa solução, porque envolve pressupostos sobre os próprios objetos a que as definições se referem.

O registro da leitura foi feito em matriz de extração, com uma linha por documento e uma coluna para cada uma das três categorias, acrescidas da identificação bibliográfica e dos excertos que sustentam cada codificação. A comparação ocorreu em dois movimentos: primeiro, uma leitura vertical, documento a documento, destinada a reconstituir a formulação de cada autor; depois, uma leitura horizontal, categoria a categoria, que reuniu as formulações equivalentes e isolou as divergentes. Os agrupamentos resultantes dessa segunda leitura deram origem aos quadros apresentados na seção 4.

Por fim, é preciso registrar as limitações dessas escolhas. O corpus intencional não permite generalizações sobre toda a produção da área. A tradição anglófona aparece apenas por obras de síntese, o que faz com que a constatação de uma assimetria terminológica tenha o estatuto de hipótese a verificar. Além disso, o recorte temático deixa de fora a representação descritiva em sua especificidade. Esses limites delimitam o alcance das conclusões e definem parte da agenda de continuidade.

3 A CONSTRUÇÃO CONCEITUAL DA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Antes de se tornar um conceito, a representação existiu como prática. Catálogos, bibliografias, índices e resumos substituíam documentos por formas condensadas, que permitiam identificá-los e localizá-los. O que distingue o século XX, e em especial o projeto da Documentação, é o fato de essa prática ter sido elevada à condição de método sistemático e de objeto de reflexão. É nesse contexto que a obra de Paul Otlet ganha estatuto fundador.

No Traité de documentation, Otlet (1934) propõe uma ciência dedicada ao registro, à análise e à redistribuição do conteúdo dos documentos. Nessa ciência, o resumo, a ficha e a classificação funcionam como instrumentos de um programa de organização universal do conhecimento registrado. Extrair dos documentos seus elementos essenciais e reapresentá-los em unidades manipuláveis já contém, de forma embrionária, aquilo que a literatura chamaria depois de representação, ou seja, a produção deliberada de um substituto do documento.

A literatura reconhece a Documentação como antecedente direto da Ciência da Informação. Saracevic (1996, p. 41-42), por sua vez, situa o surgimento do campo na revolução científica e técnica do pós-guerra e na explosão informacional que o artigo de Bush (1945) ajudou a nomear. Representar é, em sua forma mais básica, uma operação de signo: algo é colocado no lugar de outra coisa, com determinada finalidade. Por isso, teorizar a representação documental exigiu importar quadros conceituais da linguística, da lógica e da terminologia. Esse processo se deu por duas vias principais.

A primeira via é a da análise documentária, de matriz francesa e filiação gardiniana. Gardin mobilizou instrumentos da linguística e da lógica para tratar conteúdos documentais e, com isso, forneceu o arcabouço a partir do qual representar passou a ser decomposto em análise, síntese e tradução (Guimarães, 2008, p. 83). No Brasil, essa vertente consolidou-se principalmente pela coletânea de Smit (1987), que apresentou a análise documentária como um campo metodológico próprio. O grupo paulista desenvolveu uma elaboração consistente sobre as linguagens documentárias. Cintra, Tálamo, Lara e Kobashi (2002) as definem como linguagens construídas, diferentes da linguagem natural, que permitem a passagem controlada entre o universo discursivo dos documentos e o universo de busca dos usuários. Aqui, a representação é essencialmente tradução: o texto em linguagem natural é reescrito em uma linguagem artificial controlada. Kobashi (1994) e Lara (2004, p. 233) deslocam a discussão do plano instrumental para o plano da significação. Para eles, representar não é apenas condensar, mas, produzir sentido dentro de condições institucionais específicas.

A segunda via é a da teoria do conceito, de matriz alemã. Dahlberg (1978, p. 102) propõe que a unidade elementar do conhecimento e, portanto, da representação, é o conceito. Ela entende o conceito como a síntese de enunciados verdadeiros sobre um referente, expressa por um termo. Essa teoria, de base terminológica, dá à área um fundamento de aparência rigorosa. Afinal, se os conceitos têm características identificáveis e relações determináveis, os instrumentos de representação podem se apoiar em bases lógicas estáveis. Campos (2001) realiza a sistematização brasileira mais acabada dessa fundamentação, ao articular teoria do conceito, teoria da classificação e terminologia como pilares das linguagens documentárias.

O confronto entre as duas vias revela um ponto de convergência e um ponto de tensão. A convergência é clara: ambas entendem a representação como uma mediação linguística deliberada, que troca a expressão natural do conteúdo por uma expressão controlada. Esse é, talvez, o ponto de maior estabilidade conceitual da área. A tensão está no estatuto daquilo que

se traduz. Para a vertente dahlberguiana, o conceito é uma unidade lógico-referencial estável, o que autoriza a pretensão de instrumentos sistemáticos e universais. Já para a análise documentária, que está atenta à dimensão discursiva e institucional da significação, o sentido é produzido em contexto, o que relativiza qualquer estabilidade pretendida. Essa tensão é discreta nos textos fundadores, mas, será radicalizada na crítica de Hjørland (2009) à teoria do conceito.

Com esses aportes, a área já dispunha dos elementos teóricos necessários para transformar uma prática herdada em um conceito próprio. Faltava apenas o ambiente disciplinar em que essa transformação iria ocorrer, que foi a Ciência da Informação já institucionalizada, constituída em torno da recuperação (Saracevic, 1996, p. 44), e a representação entra na área como uma resposta a esse problema.

No Brasil, Novellino (1996, p. 38) está entre as primeiras autoras a tratar o conceito de forma direta. Ela o define pela substituição do texto integral por uma descrição condensada, cuja razão de ser é a recuperação: representa-se antes da busca e para que a busca aconteça. Alvarenga (2003, p. 18) amplia essa formulação ao distinguir diferentes momentos da representação: o que ocorre na produção dos registros de conhecimento, o que ocorre na organização desses registros nos sistemas e, ainda, o que ocorre no acesso pelos usuários. Ela examina esses momentos no contexto então emergente das bibliotecas e arquivos digitais. A distinção entre representação primária e secundária tira a representação do âmbito apenas profissional e a leva para o plano cognitivo e comunicacional.

No plano institucional, essa incorporação culmina na consolidação do campo de organização e representação do conhecimento. A formulação de Bräscher e Café (2008) é o ponto em que essa trajetória se torna mais explícita, mas não é o seu encerramento. Ela depende da possibilidade de distinguir com clareza informação e conhecimento. Essa distinção é tudo, menos pacífica, como mostram Capurro e Hjørland (2007, p. 149). O conceito de informação é polissêmico e depende das opções epistemológicas de cada teoria. O que se entende por informação varia conforme a teoria, então o que se entende por sua representação varia na mesma medida. A construção conceitual permanece em aberto.

4 RESULTADOS: PRINCIPAIS CONCEPÇÕES IDENTIFICADAS

A análise do corpus da pesquisa identifica quatro concepções de representação da informação. Elas não são mutuamente excludentes, mas enfatizam dimensões distintas e respondem de modo diferente à pergunta sobre o que é representado.

A primeira concepção compreende a representação como condensação e substituição com fins de recuperação. Ela é herdeira direta do programa documentalista e se define pela produção de descrições condensadas, que substituem o texto integral nos sistemas (Novellino, 1996, p. 38). Seu critério de qualidade é funcional, ou seja, a capacidade de promover o encontro entre documento e usuário.

A segunda concepção vê a representação como tradução mediada por linguagens documentárias. Aqui, a ênfase passa do produto para a operação que o produz: representar é reescrever, em linguagem construída, conteúdos formulados em linguagem natural (Campos, 2001; Cintra *et al*., 2002; Kobashi, 1994; Lara, 2004). Logo, o critério deixa de ser a eficácia na recuperação e passa a ser a consistência teórico-metodológica da linguagem.

A terceira concepção situa a representação como um processo cognitivo-documental em dois níveis. Alvarenga (2003, p. 21) distingue a representação primária, que ocorre na produção dos registros de conhecimento, da representação secundária, que ocorre quando esses registros são organizados nos sistemas. Isso deixa claro que toda representação secundária é a representação de uma representação, isto é, uma operação de segundo grau.

A quarta concepção tem função demarcatória (seção 3.3) e define a representação como um conjunto de atributos de objetos informacionais (Bräscher; Café, 2008, p. 5). Ela não se define pelo que a representação faz nem por onde ocorre, mas por aquilo sobre o que incide, que é o plano dos registros, em oposição ao plano conceitual. O Quadro 1 sistematiza essas quatro concepções.

Quadro 1 – Concepções de representação da informação identificadas na literatura

Concepção	**Formulação nuclear**	**Referência matricial**	**O que se representa**	**Critério de qualidade**
Condensação/substituição	Descrição condensada que substitui o documento para fins de busca	Novellino (1996, p. 38); raiz em Otlet (1934)	O conteúdo documental como objeto de recuperação	Funcional: eficácia recuperacional

Concepção	Formulação nuclear	Referência matricial	O que se representa	Critério de qualidade
Tradução documentária	Reescrita controlada da linguagem natural em linguagem construída	Cintra *et al*. (2002); Kobashi (1994); Lara (2004, p. 233); Campos (2001)	O significado institucionalmente negociado	Consistência teórico-metodológica
Processo cognitivo-documental em dois níveis	Representação primária (produção do registro) e secundária (organização do registro)	Alvarenga (2003, p. 21)	O conhecimento em sua expressão simbólica e, em segundo grau, o registro	Adequação ao circuito comunicacional
Atributos de objetos informacionais	Conjunto de elementos descritivos dos atributos de um registro	Bräscher e Café (2008, p. 5)	Os atributos do objeto informacional, por oposição ao plano conceitual	Demarcação informação/conhecimento

Fonte: dados da pesquisa (2026)

As concepções divergem quanto à natureza da representação, mas convergem quanto à sua finalidade: representa-se para recuperar. Essa convergência decorre da própria constituição da área. A recuperação é o problema fundante (Saracevic, 1996, p. 44), e os sistemas operam apenas sobre a informação em seu sentido material (Buckland, 1991, p. 351). Novellino (1996, p. 38) sintetiza a arquitetura que resulta disso: a representação vem, logicamente, antes de qualquer busca, porque fornece os elementos sobre os quais a busca vai incidir. Definida essa finalidade comum, a posição da representação dentro do processo de organização mostra-se menos consensual do que a literatura às vezes sugere. É possível distinguir ao menos três arranjos, sistematizados no Quadro 2.

Quadro 2 – Arranjos da relação entre organização e representação da informação na literatura

Arranjo	Formulação	Filiação teórica
Processo–produto	A organização da informação produz; a representação é seu resultado	Bräscher e Café (2008, p. 5); matriz recuperacional-sistêmica

Arranjo	Formulação	Filiação teórica
Operação constitutiva	Analisar, condensar e traduzir são momentos de um fazer representacional contínuo: organizar é, em larga medida, representar	Kobashi (1994); Cintra *et al.* (2002); matriz linguístico-documentária
Indistinção	Termos empregados de modo intercambiável, sem fronteira definida	Uso corrente, legitimado pela sistematização de Svenonius (2000)

Fonte: dados da pesquisa (2026).

A leitura crítica desses arranjos permite duas observações. A primeira é que a relação processo–produto, dominante no debate brasileiro pós-2008, não dá conta de todo o fenômeno. Alvarenga (2003, p. 21) desestabiliza essa relação ao mostrar que existe uma representação, a primária, que é anterior e exterior a qualquer organização profissional. Por isso, não se pode reduzir a representação a um simples resultado da organização.

A segunda observação é que a finalidade recuperacional, que é o ponto de maior consenso, carrega um pressuposto pouco discutido. Ao definir a representação pela recuperação, a literatura herda da information retrieval anglófona (Saracevic, 1996, p. 44) um enquadramento funcionalista. As vertentes linguístico-documentárias, atentas à produção de sentido (Lara, 2004, p. 233), subscrevem esse enquadramento apenas em parte. O consenso convive, portanto, com uma divergência sobre o que a recuperação de fato recupera: documentos pertinentes ou sentidos socialmente construídos.

A fronteira entre representação da informação e organização do conhecimento é o ponto mais denso e mais disputado do debate contemporâneo. De um lado está a tradição fundada na teoria do conceito. Dahlberg (1978, p. 102) coloca no conceito, e não no documento, a unidade elementar da organização. Mais tarde, ela reivindica para a Organização do Conhecimento o estatuto de ciência autônoma (Dahlberg, 2006, p. 11). Nessa tradição, o plano conceitual tem precedência lógica: organizam-se primeiro os conceitos para, depois, organizar os registros que os veiculam.

A formulação de Bräscher e Café (2008, p. 5) é herdeira dessa tradição, mas faz nela um corte original. Ela distribui os termos em dois pares simétricos: organização e representação da informação, que incidem sobre os registros; e organização e representação do conhecimento, que incidem sobre os conceitos. Essa simetria coloca os sistemas de organização do conhecimento, como classificações e tesauros, na posição de produtos do plano conceitual que

instrumentalizam os processos do plano informacional. Em outras palavras, representa-se a informação com os instrumentos que a organização do conhecimento produz. É nesse ponto que as duas dimensões convergem, e a literatura brasileira (Campos, 2001; Cintra *et al*., 2002; Lara, 2004) reconhece nas linguagens documentárias o lugar dessa articulação.

De outro lado está a crítica de Hjørland, que atinge essa distinção em dois movimentos. No primeiro, ele distingue a organização do conhecimento em sentido estrito, que reúne as atividades e os instrumentos de descrição, indexação e classificação, e em sentido amplo, que abrange a organização social e intelectual do próprio conhecimento. Hjørland (2008, p. 86) sustenta que o sentido estrito não pode ser teorizado sem o sentido amplo, porque toda decisão classificatória pressupõe posições sobre como o conhecimento se organiza nas disciplinas e na sociedade.

No segundo movimento, voltado à separação entre organização da informação e organização do conhecimento, Hjørland (2012) argumenta que organizar registros é, inevitavelmente, organizar o conhecimento que eles veiculam. Descrever um documento exige juízos teóricos sobre seu assunto, sua relevância e suas relações, de modo que a fronteira entre os dois planos não resiste ao exame epistemológico. Essa crítica apoia-se na teoria do conceito do próprio autor (Hjørland, 2009), para quem os conceitos não são unidades referenciais estáveis, como em Dahlberg (1978, p. 102), mas construções dinâmicas, que dependem dos domínios em que circulam. Apoia-se também na constatação de que o próprio conceito de informação é polissêmico e depende de teoria (Capurro; Hjørland, 2007, p. 149). Ou seja, se nem informação nem conceito são categorias estáveis, então a dicotomia que se apoia nelas também não será.

O consenso existente na área é principalmente funcional e operacional, enquanto as divergências têm natureza epistemológica e decorrem da coexistência de diferentes tradições teóricas que participaram da construção do conceito de representação da informação. Em outras palavras, a área concorda sobre o que a representação faz porque herdou uma prática comum, mas discorda sobre o que a representação é porque herdou, ao mesmo tempo, teorias incompatíveis para fundamentá-la. O Quadro 3 distribui os pontos do debate segundo essa chave.

Quadro 3 – Convergências e divergências sobre a representação da informação e sua natureza

Ponto do debate	Convergência	Divergência	Natureza
Caráter substitutivo	Toda representação produz substitutos dos registros (Buckland, 1991, p. 351)	—	Consenso-condição: anterior à disputa, exigência da própria atividade
Finalidade	Representa-se para recuperar (Saracevic, 1996, p. 44; Novellino, 1996, p. 38)	O que a recuperação recupera: documentos pertinentes ou sentidos construídos	Consenso nominal que encobre dissenso epistemológico
Objeto da representação	—	Conteúdos, significados, conhecimento em dois níveis ou atributos	Epistemológica: sedimentos das matrizes
Posição no processo organizador	A representação integra o processo de organização	Produto final, operação constitutiva ou indistinção (Quadro 2)	Teórica: gramática sistêmica × gramática linguística
Fronteira informação/conhecimento	Centralidade da representação na articulação dos planos	Separabilidade (Bräscher; Café, 2008, p. 5) × inseparabilidade (Hjørland, 2008, p. 86; 2012)	Epistemológica em sentido estrito: não se dissolve por estipulação

Fonte: dados da pesquisa (2026)

A primeira chave está na precedência entre prática e teoria: a representação existiu como prática antes de existir como conceito. Os pontos de convergência, como a finalidade recuperacional, o caráter substitutivo e a mediação por instrumentos, correspondem ao que a prática documental já fazia antes de qualquer teorização. Catálogos substituíam acervos e resumos substituíam textos, para que algo pudesse ser encontrado, muito antes de Otlet (1934) transformar essas operações em programa científico. Os consensos são, portanto, teorizações feitas em retrospecto sobre um fazer já consolidado. A literatura converge justamente onde apenas descreve, em vocabulário teórico, aquilo que a prática impõe.

A segunda explicação é de ordem lógica: os pontos de consenso não são teses teóricas em sentido forte, mas condições para que a atividade exista. Se os sistemas operam apenas sobre registros (Buckland, 1991, p. 351), então qualquer projeto de mediação precisa produzir substitutos, seja qual for sua filiação. Aceitar o caráter substitutivo da representação não é, portanto, uma escolha entre alternativas teóricas, mas uma exigência da própria área. O mesmo vale para a finalidade recuperacional, que se consolidou quando o campo se constituiu em torno do acesso (Saracevic, 1996, p. 44). Nenhuma das tradições mapeadas pode recusá-la sem abandonar o terreno comum que define a Ciência da Informação. É por isso que mesmo os antagonistas mais nítidos do debate subscrevem esses pontos: eles são anteriores à disputa, e não o seu objeto.

Há, porém, uma terceira observação, menos confortável: parte do consenso é mais nominal do que substantiva. O consenso funcional é real, mas é também o ponto em que as divergências se tornam invisíveis, porque a convergência de vocabulário encobre uma divergência de significado. As divergências não começam onde o consenso termina: elas já estão alojadas dentro dele.

A divergência sobre o objeto da representação é o caso mais transparente. A literatura posterior não escolheu entre essas respostas: ela as acumulou. Vistas sob essa luz, as quatro concepções de 4.1 são menos posições rivais de um mesmo debate e mais sedimentos de tradições distintas, que nunca foram confrontadas de forma sistemática. O mapeamento de Guimarães (2008, p. 79) confirma esse padrão, ao demonstrar que o tratamento temático resulta da confluência de correntes distintas. A área formou-se por justaposição de heranças, e cada uma delas teve sua própria rota de entrada: a análise documentária entrou pela coletânea de Smit (1987), e a teoria do conceito, pela tradução de Dahlberg (1978). A justaposição, ao contrário da síntese, preserva as divergências de origem.

A divergência sobre a posição da representação no processo de organização admite a mesma leitura. A relação processo–produto pressupõe a cadeia sistêmica da matriz recuperacional, na qual operações sucessivas terminam em um resultado que pode ser armazenado. Já a representação como operação constitutiva pressupõe o primado do ato de linguagem, próprio da matriz documentária de filiação gardiniana. Não se trata, portanto, de imprecisão dos autores, mas de duas gramáticas teóricas que ordenam de maneira diferente os mesmos elementos.

A persistência dessas divergências, décadas depois dos textos fundadores, revela algo importante. A consolidação da área é institucional, metodológica e instrumental, como atestam a vitalidade da pesquisa nacional (Fujita, 2008) e o diálogo internacional (Guimarães, 2008, p. 77). Essa consolidação, porém, não é conceitual: a área estabilizou-se em torno de problemas e instrumentos compartilhados, e não de definições. Daí a implicação central do artigo. A imprecisão terminológica tantas vezes constatada não é um descuido da comunidade científica, mas o sintoma de um pluralismo teórico não resolvido.

Dessa implicação derivam três consequências. A primeira é metodológica. Se toda definição de representação carrega uma epistemologia, então explicitar a concepção adotada deveria ser um requisito dos estudos da área. Afinal, pesquisas sobre indexação ou linguagens documentárias produzem resultados que não são comparáveis quando partem, em silêncio, de concepções distintas daquilo que representam.

A segunda consequência diz respeito ao diálogo internacional. A representação da informação autonomizou-se como categoria na literatura lusófona, sem um equivalente direto na anglófona, ainda que essa seja uma hipótese a verificar em um corpus ampliado. Como resultado, a produção brasileira circula internacionalmente sob categorias que não são as suas. Os efeitos disso vão da tradução à indexação e à recuperação dos trabalhos. Ou seja, a área que teoriza a representação enfrenta, ela mesma, um problema de representação de sua própria produção.

A terceira consequência projeta-se sobre o ambiente digital. A representação primária e a secundária já se reconfiguravam nos espaços examinados por Alvarenga (2003, p. 21). O artigo formula essa questão sem pretender respondê-la, e ela define uma agenda em aberto. A essa agenda soma-se a tarefa de aprofundar verticalmente o que aqui foi feito em extensão, isto é, examinar os limites conceituais entre organização e representação da informação e reconstruir em detalhe a história dessa relação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo perguntou como a literatura construiu o conceito de representação da informação e quais convergências e divergências caracterizam sua relação com a organização da informação e do conhecimento. Conforme observado no construto, principalmente sob as publicações em bases de dados brasileiras, o conceito foi construído por acumulação de heranças: a prática documental convertida em programa científico, a análise documentária

francesa, a teoria do conceito alemã e o problema da recuperação na tradição anglófona. As relações que esse conceito mantém com a organização da informação e do conhecimento reproduzem a arquitetura dessa formação múltipla. A literatura converge naquilo que herda da prática comum e diverge naquilo que recebe de teorias que nunca foram reunidas em síntese.

Os resultados demonstram que a representação da informação não é um conceito unitário, mas uma família de concepções que respondem de modo diferente à pergunta sobre o que se representa. Segundo, essas concepções não são posições rivais de um mesmo debate. São sedimentos de tradições distintas, justapostas sem arbitragem, e é por isso que elas coexistem sem se confrontar. Terceiro, o ponto de maior disputa, que é a fronteira entre os planos informacional e conceitual, não se resolve por convenção lexical, porque aceitar qualquer das definições em jogo já é aceitar a epistemologia que a sustenta.

As contribuições do estudo situam-se em três planos. No plano analítico, a tipologia de concepções oferece um instrumento de posicionamento: pesquisas que utilizam o conceito podem e devem explicitar a concepção da qual partem. No plano explicativo, a recondução das divergências às suas matrizes de origem articula a leitura histórica e a leitura conceitual do problema, e demonstra que compreender o que o conceito é exige compreender como ele se formou. No plano do diálogo científico, o confronto entre a distinção consolidada no Brasil e sua crítica internacional mostrou que a área opera com uma categoria sem equivalente assentado na literatura internacional, o que afeta a circulação de sua produção.

Menciona-se, a partir da incursão aqui apresentada, o limitador de um olhar pautado pelo publicado em nível de Brasil, que se pretende aprofundar, frente ao universo oriundo do entorno do sul global, não apenas de correntes e perspectivas teóricas hegemônicas, como a norte-americana e a europeia. Ainda assim, Brapci e SciELO representam uma cobertura de artigos científicos e trabalhos de eventos que possibilitou apontamento inicial em condições de sequenciar o debate a partir de fontes oriundas de demais vertentes de pensamento. A representação da informação foi, como se procurou demonstrar, um conceito construído, e segue em construção. Conhecer as tradições que o disputam é o primeiro passo para participar desse debate com clareza teórica.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Lídia. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaço digitais. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 18-40, 2003. Disponível em:

https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2003v8n15p18. Acesso em: 12 jun. 2026.

BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento?. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANCIB, 2008. p. 1-14. Disponível em: http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/view/3016/2142. Acesso em: 12 jun. 2026.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, [*s. l.*], v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5%3C351::AID-ASI5%3E3.0.CO;2-3. Acesso em: 12 jun. 2026.

BUSH, Vannevar. As wemaythink. **The Atlantic Monthly**, [*s. l.*], v. 176, n. 1, p. 101-108, jul. 1945. Disponível em: https://web.mit.edu/STS.035/www/PDFs/think.pdf. Acesso em: 12 jun. 2026.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: EdUFF, 2001.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22360. Acesso em: 12 jun. 2026.

CINTRA, Anna Maria Marques.; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; LARA, Marilda Lopes Ginez de; KOBASHI, Nair Yumiko. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. Tradução Astério Tavares Campos. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115. Acesso em: 12 jun. 2026.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledgeorganization: a new science? **Knowledge Organization**, [*s. l.*], v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006. Disponível em: https://www.imrpress.com/journal/ko/33/1/10.5771/0943-7444-2006-1-11. Acesso em: 12 jun. 2026.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Organização e representação do conhecimento no Brasil: análise de aspectos conceituais e da produção científica do ENANCIB no período de 2005 a 2007. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-32, 2008. Disponível em: http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/4/13. Acesso em: 12 jun. 2026.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for KnowledgeOrganization (ISKO). **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 77-99, 2008. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/940. Acesso em: 12 jun. 2026.

HJØRLAND, Birger. What is KnowledgeOrganization (KO)? **Knowledge Organization**, [*s. l.*], v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008. Disponível em: https://www.imrpress.com/journal/ko/35/2-3/10.5771/0943-7444-2008-2-3-86. Acesso em: 12 jun. 2026.

HJØRLAND, Birger. Concept theory. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, [*s. l.*], v. 60, n. 8, p. 1519-1536, 2009. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.21082. Acesso em: 12 jun. 2026.

HJØRLAND, Birger. Isknowledgeorganization = informationorganization?. *In*: NEELAMEGHAN, Ayyadurai; RAGHAVAN, K. Sivasubramanian. (ed.). **Categories, contexts and relations in knowledge organization**: proceedings of the Twelfth International ISKO Conference, 6-9 August 2012, Mysore, India. Würzburg: Ergon, 2012. p. 8-14. (Advances in KnowledgeOrganization, v. 13). ISBN 978-3-89913-902-0.

KOBASHI, Nair Yumiko. **A elaboração de informações documentárias**: em busca de uma metodologia. 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

LARA, Marilda Lopes Gines de. Linguagem documentária e terminologia. **TransInformação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 231-240, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/f6BDPM7bxnQhvX78jDcGpdP/?lang=pt. Acesso em: 12 jun. 2026.

MAGALHÃES, Josiane. Processos de construção sociais, movimentos autogestionários e consciência crítica. **Org e Demo**, Marília, v. 5, n. 2, p. 229-246, 2004. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/413. Acesso em: 12 jun. 2026.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, 1996. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1603. Acesso em: 12 jun. 2026.

OTLET, Paul. **Traité de documentation**: le livre surle livre: théorie et pratique. Bruxelles: Editiones Mundaneum, 1934.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308. Acesso em: 12 jun. 2026.

SMIT, Johanna Wilhelmina (org.). **Análise documentária**: a análise da síntese. 2. ed. Brasília: IBICT, 1987.

SVENONIUS, Elaine. **The intellectual foundation of information organization**. Cambridge: MIT Press, 2000.

SVENONIUS, E. **The intellectual foundation of information organization**. Cambridge: MIT Press, 2000